

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL –
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

(atual denominação social da EMPRESA ENERGÉTICA
DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – ENERSUL)

7ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 7ª Emissão de Debêntures da ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA (atual denominação social da EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – ENERSUL) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ENERGISA MATO GROSSO DO SUL – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 15.413.826/0001-50
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Maurício Perez Botelho
- Atividades: (i) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, podendo estudar, planejar, projetar, desenvolver, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; (ii) gerir ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades, bem como estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; (iii) prestar quaisquer serviços, de natureza pública ou privada, correlatos à gestão de ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

Características da Emissão

- Emissão: 7ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 30/05/2014
- Data de Vencimento: 30/05/2021
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN: ESUL17/ BRENERDBS016
- Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com

garantias adicionais reais e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora. Ademais, informa o(s) inadimplemento(s), conforme mencionado(s) no item 9 abaixo.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 26/04/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 4º, em virtude das deliberações de aprovação de grupamento das ações em que se divide o capital social realizado na Companhia, e do aumento do seu capital social; e (ii) artigo 6º, de forma a adequá-lo à quantidade de ações do capital social da Companhia.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,99 em 2015 para 1,02 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,51 em 2015 para 1,37 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,50 em 2015 para 1,36 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,79 em 2015 para 0,74 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 3,7% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido apresentou redução de 3,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 6,4% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo redução de 0,2% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 1,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 2,28% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

30/06/2016 – R\$ 167,000000
01/08/2016 – R\$ 167,000000
30/08/2016 – R\$ 167,000000
30/09/2016 – R\$ 167,000000
31/10/2016 – R\$ 167,000000
30/11/2016 – R\$ 167,000000
30/12/2016 – R\$ 167,000000

Juros:

30/05/2016 – R\$ 784,515920
30/06/2016 – R\$ 142,206180
01/08/2016 – R\$ 133,710559
30/08/2016 – R\$ 125,426538
30/09/2016 – R\$ 129,168779
31/10/2016 – R\$ 114,715737
30/11/2016 – R\$ 111,614156

30/12/2016 – R\$ 118,940863

- **POSIÇÃO DO ATIVO:**

Quantidade em circulação: 40.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 40.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **Resgate:** não houve;
- **Amortização:** conforme item 4 acima;
- **Conversão:** não aplicável;
- **Repactuação:** não aplicável;
- **Pagamento dos juros das debêntures realizados no período:** conforme item 4 acima;
- **Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** não houve.

6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. **Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora:** (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. **Relação dos bens e valores entregues à sua administração:** (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Fiadora (Energisa S.A.) obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.21.2, alínea "IX" da Escritura de Emissão, sendo que a primeira verificação será realizada com base nas informações financeiras trimestrais de Junho de 2015.

GRUPO ENERGISA APURAÇÃO DE COVENANTS FINANCEIROS (R\$ mil) 4T16					
Covenants		4T16			
Divida Total / EBITDA		OK			
Contratado		4,50 x			
Apurado		2,93 x			
Apuração do EBITDA					
EBITDA Ajustado		1.999.435			
Apuração da Dívida					
Dívida Total Líquida		5.867.910			
Caixa e Equivalentes		2.700.956			
Subvenção Baixa Renda		41.255			
Subvenção CCC e CDE		179.547			
Empréstimos e Financiamentos					
Encargos de Dívidas		57.831			
Saldo de Principal de Curto Prazo		1.534.659			
Saldo de Principal de Longo Prazo		6.069.233			
Instrumentos Financeiros - Derivativos		250.802			
Parcelamento de Impostos (Encargos Setoriais, ITAIPÚ, PIS, COFINS e demais parcelamentos)		565.344			
Déficit Atuarial		311.798			
Apuração do EBITDA		1T16	2T16	3T16	4T16
EBITDA Ajustado (EBIT + Depreciação + Fundo de Pensão + Acréscimo Moratório)		395.729	426.277	588.342	589.088

De acordo com as informações obtidas, verificamos o(s) seguinte(s) inadimplemento(s), conforme previsto nos documentos da operação:

- (i) Não cumprimento de obrigações não pecuniárias*.

Ressaltamos que, de acordo com a Escritura de Emissão, o não cumprimento de qualquer obrigação não pecuniária será considerado como hipótese de vencimento antecipado se não for sanado no prazo de cura de 15 (quinze) dias úteis a contar da comunicação acerca do descumprimento.

*Para maiores informações acerca do inadimplemento acima mencionado, favor contatar por e-mail a equipe comunicados@pentagonotrustee.com.br, ou através dos seguintes telefones: Vânia Lattanzi: (21) 3385-4952/ Yasmin Martins: (21) 3385-4953/ Tiago Brito: (21) 3385-4951.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) alienação fiduciária de ações; (ii) fiança; e (iii) cessão fiduciária de recebíveis, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.



Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	85.961	79.347
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	262.458	214.828
Consumidores e concessionárias	6	378.429	408.282
Estoques		3.548	3.452
Impostos a recuperar	8	49.125	42.406
Instrumentos financeiros derivativos	30	1.441	4.518
Ativos financeiros setoriais	9	77.494	160.672
Outros créditos	10	67.941	74.826
Total do circulante		926.397	988.331
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	34.070	36.117
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	32.468	16.137
Impostos a recuperar	8	28.333	21.587
Créditos tributários	12	151.927	139.527
Cauções e depósitos vinculados	20	69.401	68.120
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	29.783
Ativos financeiros setoriais	9	21.451	37.393
Contas a receber da concessão	13	585.802	438.954
Outros	10	3.535	4.509
		926.987	792.127
Investimentos	14	566	610
Intangível	15	798.261	816.335
Total do não circulante		1.725.814	1.609.072
Total do ativo		2.652.211	2.597.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	165.449	212.259
Encargos de dívidas	17	5.157	2.753
Empréstimos e financiamentos	17	130.958	76.932
Debentures	18	79.518	51.414
Folha de pagamento		3.564	2.671
Tributos e contribuições sociais	19	71.691	70.694
Dividendos	23.5	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	-	11.423
Obrigações estimadas		17.797	17.914
Taxa de iluminação pública arrecadada		10.091	21.302
Benefícios a empregados - plano de pensão		-	84
Obrigações intrasetoriais	21.1 e 21.2	67.531	78.033
Incorporação de redes	21.3	12.636	24.369
Passivos financeiros setoriais	9	101.166	76.052
Outros passivos	22	11.934	10.431
Total do circulante		677.492	656.331
Não circulante			
Fornecedores	16	5.732	7.600
Empréstimos e financiamentos	17	620.497	538.136
Debentures	18	272.121	351.639
Tributos e contribuições sociais	19	20.427	10.940
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	180.329	206.239
Benefícios a empregados - plano de pensão	31	143	82
Obrigações intrasetoriais	21.2	6.082	9.175
Passivos financeiros setoriais	9	29.146	11.002
Outros passivos	22	323	2.670
Total do não circulante		1.134.800	1.137.483
Patrimônio líquido			
Capital social	23.1	616.732	595.649
Reservas de capital	23.2	118.594	118.594
Reservas de lucros	23.3 e 23.4	29.220	23.851
Dividendos adicionais propostos	23.5	75.655	44.471
Outros resultados abrangentes	23.6	(282)	(59)
Recursos destinados a futuro aumento de capital		-	21.083
Total do patrimônio líquido		839.919	803.589
Total do passivo e patrimônio líquido		2.652.211	2.597.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	24	1.963.574	2.056.608
Custo do serviço de energia elétrica	25	(1.583.255)	(1.676.589)
Lucro bruto		380.319	380.019
Despesas gerais e administrativas	25	(142.692)	(135.546)
Outras receitas	26	1.692	1.989
Outras despesas	26	(16.876)	(19.704)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		222.443	226.758
Receita financeira	27	121.772	119.996
Despesas financeiras	27	(187.661)	(181.403)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(65.889)	(61.407)
Lucro antes dos impostos		156.554	165.351
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(61.458)	(26.996)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	12.282	(28.795)
Lucro líquido do exercício		107.378	109.560
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	28	167,27	173,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

"Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 24 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 20). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4